

Acta nº 3/2003

Aos trinta dias do mês de Junho do ano de dois mil e três, pelas nove horas, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Expediente para conhecimento;
2. Actividade e Situação Financeira da Autarquia;
3. Contracção de empréstimo de médio/longo prazo até ao valor máximo de 948.929 euros;
4. Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação/aprovação definitiva;
5. Proposta de alteração da Tabela de Taxas e Licenças Municipais;
6. Projecto de Regulamento de Trânsito na Vila de Montalegre/ Aprovação definitiva;
7. Proposta de Transferência para a AMAT – Associação de Municípios do Alto Tâmega – da competência relativa aos sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas./Concurso público internacional para a concessão da exploração e gestão integrada dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais dos municípios da Associação de Municípios do Alto Tâmega;
8. Proposta de alteração de Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transportes em Táxi – do Município de Montalegre;
9. Regulamento de Utilização do Complexo da Piscina Municipal;
10. Projecto de Estatutos do Instituto da Tecnologia Inovação e Conhecimento.

Registando-se quorum, estiveram presentes sessenta e um membros. Não compareceram à chamada os senhores Carla Maria Ferreira Rodrigues, António Gonçalves Araújo, António Duarte Barroso Soutinho, Maria de Fátima Pereira Fernandes, Duarte João Liberal Calhelha, António Eduardo Morais Batista dos Santos, Manuel Dias Batista, Nelson Tiago Antunes Rodrigues e António Gregório Azevedo Dias.

No prazo legal justificou a falta à sessão do dia 30 de Abril de 2003 a deputada Carla Maria Ferreira Rodrigues.

Devido à ausência do Segundo Secretário, o Senhor Presidente da Assembleia chamou, para completar a constituição da Mesa, o deputado António Bernardes Fidalgo.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

A acta da sessão anterior foi posta à consideração tendo o deputado Francisco Surreira pedido alteração á sua intervenção na página 5. Disse que não tinha dito que nas Feiras do Cabrito se pagavam almoços, disse sim que antigamente, nas realizações, dava-se pão e vinho.

Posta a votação, a acta foi aprovada por maioria com uma abstenção.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu o seguinte Voto de Pesar, apresentado pelos deputados da Assembleia, pelo falecimento do deputado Manuel Oliveira e Silva:

“Faleceu no passado dia 5 de Maio, de forma trágica, num acidente que enlutou o Baixo Barroso e que consternou o concelho e até o país, o membro desta Assembleia Municipal, o nosso amigo Manuel Oliveira e Silva.

Tratava-se de um autarca empenhado e de um cidadão exemplar.

Enquanto Presidente da Junta granjeou a simpatia da população e desenvolveu um trabalho notável de realização de infra-estruturas que marca uma época de grande investimento na freguesia.

Como deputado municipal depois, soube também dignificar e prestigiar a política local.

O seu exemplo de serenidade, bom senso e empenho em estabelecer a concórdia, tornaram-no num cidadão respeitado e um grande homem pelo seu estatuto moral.

Venda Nova perdeu-o, mas ganhou uma referência.

Todos lhe devemos este reconhecimento.

A Assembleia Municipal de Montalegre assim o reconhece neste momento de luto e pesar.

Montalegre, 30 de Junho de 2003

Os deputados da Assembleia Municipal, assina, Alberto Martins Fernandes.”

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves e António Cascais.

O deputado Acácio Gonçalves disse que deixava, em nome do grupo municipal do PP, um voto de pesar pelo falecimento do deputado Manuel Lopes Oliveira e Silva não só como político, mas como um homem consensual. Tomava decisões e fazia-as cumprir. Lembrou, que quando foi eleito Presidente da Junta de Freguesia de Venda Nova, chamou para Secretário da Mesa da Assembleia um elemento do PP. Enalteceu esse facto e disse que é um indício que todos os homens políticos bons têm.

O deputado António Cascais entendeu que não era o momento de tomar partido e por isso reviu-se no voto de pesar apresentado pela mesa. Disse ainda que tinha trazido um para apresentar, mas que iria prescindir dele em favor do que foi apresentado.

Posto a votação, o Voto de Pesar, apresentado pelos membros da Assembleia Municipal pelo falecimento do deputado Municipal, Manuel Oliveira e Silva, foi aprovado por unanimidade.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Manuel Duarte, Acácio Gonçalves, Domingos Vasconcelos, Fernando Calvão, António Ferreira, José Manuel Carvalho, José Acácio Moura, Amadeu Fortunas, António Azevedo, Francisco Surreira, Luis Carril, Jorge Fernandes, João Soares, Armando Duarte, João Fecheira e José Rodrigues.

O deputado António Cascais disse que estamos a chegar ao verão e que isso o faz lembrar os fogos florestais que muitas vezes têm origem nos foguetes que se lançam nas festas das aldeias. Lembra-se que o ano passado as pessoas nem sempre estiveram de acordo com algumas medidas que a Câmara tomou em relação ao fogo das festas. Devem ter consciência que por causa de um foguete não se pode pôr em risco uma floresta que demorou anos a fazer-se. Sobre a moção de Seia, disse que o governo estabeleceu um princípio do qual discorda plenamente porque não entende como é que se vai aprovar uma lei que vai lançar o país a duas velocidades e por isso espera que não vá para a frente. Sobre a duração de mandatos, disse que nunca foi adepto de limitar o tempo aos governantes. Entende que devem ser as pessoas a decidir quem querem à frente de uma autarquia.

O deputado Manuel Duarte disse que as obras do cemitério de Fírvidas já estavam concluídas desde Fevereiro e por isso pediu à Câmara o respectivo subsídio. Informou ainda que, sobre a reforma do património, o Ministério das Finanças deu prazo até ao dia 30 de Outubro para que se actualizassem as matrizes. Disse que no concelho de Montalegre esse trabalho já está pronto.

O deputado Acácio Gonçalves disse que tem visto algumas reacções por parte dos trabalhadores da Ferseque e que o povo está à margem daquilo que se está a passar. Gostava que a Câmara desse algumas explicações sobre aquilo que se está a passar. Sobre a Feira da Vitela, disse que este certame tem pernas para andar e deve ser apoiado. Disse ainda que tinha notado alguma movimentação, mas sem entidades, dos concelhos vizinhos. Deviam associar-se mais porque as entidades oficiais de Montalegre também participam nos eventos dos concelhos vizinhos. Tem dúvidas em relação à Feira do Cabrito que, na sua opinião, não tem razão de existir.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que há locais na rede viária que devem ser sinalizados como, por exemplo, o cruzamento de Covêlo do Gerês. Em Vila Nova existe também um cruzamento que devia ter um sinal STOP. Disse ainda que a estrada de Cabril tem as valetas por fazer e as que estão feitas estão atoladas com terra. Pediu mais uma vez que libertassem uma levada que está atolada de penedos e os lameiros vizinhos estão sem água.

O deputado Fernando Calvão falou sobre o embelezamento da vila e lamenta que não haja sinalização adequada nalguns aspectos. Disse que os passeios na avenida já estão a ser utilizados e ou as coisas devem ser postas como deve ser ou devem ser sinalizadas porque já houve rebentamento de pneus. Falou-se em tempos em abrir um concurso de ideias para dar outra forma ao parque de estacionamento dos carvalhos, até para se poderem salvar as árvores que ali estão. Outra coisa que é urgente é a ETAR porque todos os dias se assiste às reclamações das pessoas que moram na rua da Costa por causa do mau cheiro e, na consequência disso, deve haver uma despoluição do rio Cávado pois sabe que a zona industrial descarrega esgoto para o rio ao fim de semana.

O deputado António Ferreira falou das pessoas que estão a abrir novos estabelecimentos e que deviam ir para a zona industrial. Falou também da sinalização e disse que pior do que não haver é não ser cumprida e alguma é vandalizada. Concordou com o Sr. Cascais quando falou sobre os fogos florestais e que os estradões, salvo o das eólicas, estão por limpar. Em sua opinião, a Direcção Geral das Florestas devia dar o dinheiro aos Bombeiros ou a outra entidade qualquer para cuidar dos estradões e assim prevenirem-se os fogos. Falou também dos transportes públicos feitos pela rodoviária e disse que já ouviu falar em manifestações porque a empresa retirou alguns carros. Onde a empresa dá lucro, muito bem, continua-se; onde dá pouco lucro cortam-se os transportes. Se a empresa não pode suportar os transportes então que abandone a concessão porque sabe de uma empresa que quer fazer transportes públicos no concelho. Sobre a ETAR, disse que ficou satisfeito com a intervenção do deputado Fernando Calvão e que quer corrigir agora aquilo que fez o PSD

O deputado José Manuel Carvalho disse que se assiste todos os dias a que os presidentes de junta peçam máquinas para o arranjo de caminhos agrícolas e é-lhes dito muitas vezes que não há porque a Câmara não tem capacidade de resposta para todas as aldeias. Fica espantado quando há um evento como a passagem de um rali todo o terreno nos caminhos e vê a Câmara a regularizá-los.

O deputado José Acácio informou que a Auto-Viação do Tâmega acabou com a carreira do dia de feira. Disse ainda que se essa empresa não quer fazer o transporte que deixe a concessão. Felicitou a organização da Feira da Vitela porque, apesar do mau tempo, teve muita gente.

O deputado Amadeu Fortunas perguntou à Câmara se já tinha sido resolvido o conflito com o empreiteiro que fez a estrada de Paradela-Cambedo. Pediu a sinalização nessa estrada, pelo menos a marcação central é urgente porque é uma zona de muito nevoeiro. Pediu um eco-ponto para a aldeia da Ponteira. Disse ainda que esta zona está pior do que há 50 anos atrás. Já acabaram as carreiras e agora querem acabar com os taxistas porque o governo só quer que se trabalhe para eles.

O deputado António Azevedo disse que o estradão de Pisões a Fervidelas está cheio de buracos e pediu a sua regularização. Disse que a EN 103 tinha desabado nos Pisões já há bastante tempo e já deviam ter reparado aquele troço porque constitui grande perigo para a população. Referiu também que a praça de táxis, junto à Praça do Município, está mal sinalizada e as pessoas estacionam e são multadas.

O deputado Francisco Surreira pediu intervenção por parte da Câmara junto dos responsáveis pelo Posto Meteorológico no sentido de o tirarem de lá ou obrigar a dar-lhe outra dignidade. Sobre a acta da sessão anterior e na intervenção do Senhor Presidente da Câmara, disse que tinha estado pouco tempo na Cooperativa e enquanto lá esteve nunca houve almoços nem jantares e que o podia provar.

O deputado Luis Carril pediu que se desse mais celeridade à reposição de lâmpadas nos candeeiros nas aldeias. Sabe que se estão a fazer economias de custo, só não entende porque é que a árvore de natal ainda está instalada em Salto. Pediu que se colocasse um gradeamento no recinto da escola da Corva porque existe um poço do lado de fora que constitui perigo para as crianças. Disse que qualquer obra, ainda que por administração directa, deve estar orçamentada e com prazos definidos. Perguntou qual a verba

atribuída à estrada de Linharelhos e quais os prazos de execução e se os arranjos na ponte de entre os rios estão incluídos nessa obra. Referiu que Salto precisa de melhoramentos ao nível das acessibilidades a outros concelhos porque as pessoas daquelas zonas deslocavam-se para Salto e, como não há acessos, deslocam-se para Cabeceiras. Perguntou ainda se o acesso a Vieira do Minho pela Serra da Maçã vai ser arranjado.

O deputado Jorge Araújo, Presidente da Junta de Freguesia de Cervos, disse que a captação de água no Cortiço está em mau estado, bem como a estrada do cemitério e a rua do Rigueiro no Cortiço. Sobre a estrada do Alto Fontão, disse que estava em péssimo estado e pediu uma placa de passagem de gado. Pediu o alargamento de alguns cemitérios na sua freguesia, como o de Vilarinho e do Cortiço. Disse ainda que já tinham sido prometidos arranjos para as capelas de Arcos e de Vilarinho de Arcos, mas que até agora essas promessas ainda não tinham sido cumpridas.

O deputado João Soares congratulou-se e orgulha-se da obra feita pelo actual executivo camarário. Disse que é muita e que se pode ver sobretudo pela obra promocional que afirma o concelho pela sua beleza paisagística, pela sua gastronomia e certificação dos seus produtos. Falou nisto porque foi convidado pela Escola Superior de Empresários do Alto Ave para fazer uma palestra onde estavam presentes, para além de muitos alunos, várias figuras públicas e no final falou-se de Montalegre e ouviu falar bem de Montalegre, do que era Montalegre e de como hoje está. A Câmara tem apoiado imensas iniciativas, como o Campeonato do Mundo de Parapente, as Jornadas de Pedestrianismo, a Feira do Livro, a sexta-feira 13, que não tem tanta carga perjurativa como muitas vezes lhe querem dar, e ainda a Feira da Vitela. Todos estes eventos são recentes mas são anunciados por todos os locais e quando outros nos copiam e nos invejam é sinal que estamos no bom caminho. Mostrou repúdio pela má obra e o mau trabalho de quem não colabora pelo bom nome de Montalegre. É fácil denegrir uma imagem e apagar um nome que tanto custa a criar. Localmente há comportamentos que apareceram na comunicação social que em nada beneficiam o concelho. Se há coisas que estão mal convoque-se uma Assembleia Municipal para se debater e discutir aquilo que está mal. A política do bota-abaixo só prejudica Montalegre. A comunicação social deve servir para dar uma imagem positiva. Quando se convoca a comunicação social para mostrar que há um prédio que não tem licenciamento ou não tem os documentos em ordem, e isso também acontece em Braga onde há prédios com os processos de burocracia atrasados e não se vê o PSD local a ir para a imprensa denegrir a imagem do concelho, isso é má fé e afugenta os investidores. Tudo pode ser feito e discutido na Assembleia sem passar para o exterior. Leu um comunicado onde se dizia que vieram os deputados de Vila Real visitar Montalegre, mas sabe que não vieram todos, gostava de saber se foram convidados.

O deputado Armando Duarte disse que a ponte de Carigo está ao abandono, está lá apenas um buraco sem protecção nenhuma, o que constitui perigo para as pessoas. Disse ainda que o pessoal das obras, que trabalha na vila, não têm protecção pessoal; pelo menos o uso de um capacete devia ser habitual, assim como também nunca viu o pessoal da Câmara com protecção individual.

O deputado João Fecheira, Presidente da Junta de Freguesia da Vila da Ponte, disse que tinha tomado conhecimento de que as escolas primárias desactivadas iam passar a património da Câmara. No caso da escola primária de Bustelo, e segundo as pessoas da

aldeia, o edifício foi comprado pelo povo e não pela Câmara, por isso acha inaceitável que a escola passe a ser património da Câmara. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que lhe desse uma explicação sobre este assunto. Perguntou ainda quando é que a Câmara iria fazer a reparação necessária do acesso de Vila da Ponte a Bustelo e se seria possível a reparação da rua do Ponderado ao forno do lugar.

O deputado José Rodrigues pediu alteração ao nº 2 do artigo 7º do regimento da Assembleia Municipal porque não faz sentido e pediu correcção do nº 3 do artigo 30º porque está dentro de parênteses quinze em vez de dez.

Findas as intervenções inscreveram-se para esclarecimentos os deputados António Cascais e João Soares.

O deputado António Cascais disse que a intervenção do deputado João Soares mereceu-lhe alguns reparos. Disse que compreendia que tivesse aparecido com algum deslumbramento porque veio de uma palestra importante. Apresentou-se muito confuso, primeiro porque devia dirigir-se aos jornais e não ao PSD, quando vê erros. Não lhe fica mal quando elogia a Câmara, mas omite muitas situações. Não foi a Câmara que fez a beleza paisagística, nem o acolhimento que as nossas gentes dão às pessoas que nos visitam. Sobre o comunicado e a vinda dos deputados a Montalegre, disse que não tinha muito tempo para dar resposta a tudo e por isso sugeriu que se realizasse uma Assembleia Municipal extraordinária para esses assunto serem debatidos. No entanto, e sobre a vinda dos deputados do PSD, disse que julga não ser pretensão do deputado João Soares intervir na vida do seu partido. O PSD tem as suas iniciativas e organiza as acções que bem entende, sem ter que dar justificação a ninguém. Explicou ainda que os deputados vieram a Montalegre e numa conversa com dois jornalistas falaram das coisas mais graves que viram como, por exemplo, em pleno século XXI não se justificar que numa aldeia da freguesia de Outeiro se esteja a recolher água de um poço, onde passa toda a espécie de animais, para abastecimento de água à população e isto não acontece só numa aldeia, acontece em três aldeias do concelho de Montalegre onde não há tratamento nenhum. Sobre as construções ilegais, referiu que compreende que no concelho de Montalegre haja notificações para demolir uma varanda, mas não compreende que no edifício do Cinzas existam estabelecimentos sem licença e que no loteamento do Prado do Barbudo, onde já há construções, não conseguem pôr a luz porque faz falta um papel da Câmara. Existem em Montalegre obras de grande envergadura que não têm licenciamento, como um prédio que está a ser construído na avenida que já tem telha e ainda não tem licenciamento.

O deputado João Soares disse que a Câmara não se roga, nem ele próprio pretende que a Câmara fizesse a paisagem natural, nem influenciasse na hospitalidade das suas gentes. Disse que tinha sido bem claro na sua intervenção. Aquilo que se faz em Barroso são pontes de ligação através da promoção e das acessibilidades e isso é inegável. Disse ainda que tinha valido a pena ter falado nesse assunto porque foi lançado um desafio para se debater questões tão importantes como o licenciamento de obras numa próxima sessão da Assembleia Municipal, que até poderia ser extraordinária. Referiu ainda que não é sua intenção intrometer-se na agenda e timing político do PSD. Só quis realçar que todos os demais deputados de Vila Real deviam estar presentes e que deveriam ter ido a Salto ver o Quartel dos Bombeiros de Salto porque já foi duas vezes a Lisboa e se soubesse que os deputados estavam no concelho tinha poupado essas viagens.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder a todos os interpelantes.

Ao deputado António Cascais disse que a proposta de alteração da legislação do governo local é uma ideia que já foi lançada há já algum tempo. Em seu entender o sistema actual não funciona mal, mas poderia funcionar melhor optando por um sistema maioritário. Sobre a limitação de mandatos, pensa que deve existir. Apesar de parecer uma norma anti-democrática, não o é porque o Presidente da República só tem direito a dois mandatos, o que deve ser extensível aos governantes.

Ao deputado Manuel Duarte disse que os cemitérios são da competência das Juntas de Freguesia, embora a Câmara possa dar apoio. Pediu-lhe que informasse qual o resultado prático em termos financeiros da actualização das matrizes do património do Estado porque se não houver uma actualização com a atribuição de valores não existe essa actualização.

Ao deputado Acácio Gonçalves disse que a Ferseque está com problemas graves, mas isso não é novidade. A Câmara tinha conhecimento desses problemas, o que permitiu que se fizesse um contrato que não prejudicasse nem a Câmara, nem o andamento das obras. Se a Ferseque não avançar com as obras ou não tiver a obra de acordo com o cronograma estabelecido a Câmara pode rescindir o contrato com essa empresa. Estes problemas têm a ver com a situação económica da empresa, mas sobretudo com a situação de desconfiança que se vive no país para o futuro. Disse ainda que o Presidente da Câmara de Montalegre não está presente em todos os eventos de outros concelhos para os quais é convidado porque não lhe é possível, mas isso não deixa marcas. Na Feira do Cabrito não houve convidados e o facto do Senhor Governador Civil não ter estado presente na abertura da Feira da Vitela deveu-se ao facto de nesse dia ter estado no Douro a preparar uma visita ministerial no dia seguinte, mas veio a Montalegre no Domingo e almoçou na Feira.

Ao deputado Domingos Vasconcelos disse que está a ser feito um estudo, em conjunto, para a sinalização viária e para a sinalização turística que vai deixar Montalegre bem sinalizado e bem feito em questões de estética. Sobre o regadio, disse que se for público a Câmara poderá que dar colaboração.

Ao deputado Fernando Calvão disse que a obra na avenida é muito delicada e havia a possibilidade de se fechar o trânsito, mas isso seria muito mais complicado para as pessoas. Toda a gente vê as obras que se estão a fazer e as pessoas não podem ser tão comodistas. Referiu ainda que no dia 27 de Junho foi publicado o concurso para a ETAR de Montalegre que irá acabar com os problemas que a actual está a causar. Disse ainda que o pior erro da actual Etar foi a sua localização porque ela cumpriu sempre as normas ambientais. Sobre a poluição do rio e as descargas que são feitas, pediu para que toda a gente as denunciasse junto da GNR ou da Câmara. Referiu ainda que há uma estação elevatória junto ao rio que está a ser bem controlada e não vai saneamento para o rio.

Ao deputado António Ferreira disse que as lojas do Mercado, umas estão fechadas e outras não estão a ser utilizadas. Vão ser postas a concurso. Sobre os transportes públicos, disse que há 50 anos havia carreiras, mas também havia mais gente e não havia tantos carros como há actualmente. O transporte público não é do Estado, este só

dá a concessão, e quando a empresa não tem lucro não faz o transporte. Nos casos onde não há carreira e há transportes escolares a Câmara vai fazer o transporte público. Referiu ainda que se está a fazer um estudo no sentido de a Câmara dar o transporte dos alunos à empresa para garantir também o transporte público de Venda Nova a Montalegre.

Ao deputado José Manuel Carvalho disse que a reposição dos estradões é feita pela Câmara, mas que não vale a pena as pessoas, todos os anos, pedirem máquinas para o arranjo dos caminhos agrícolas porque são muitos e a Câmara não tem hipótese.

Ao deputado Amadeu explicou toda a situação que se passou com o empreiteiro que fez a estrada de Paradela. Disse ainda que não se pode dramatizar e que nessa estrada só falta a marcação e têm que ser reparado o piso em dois locais. Sobre a distribuição do correio, disse que devem pressionar os CTT.

Ao deputado Francisco Surreira disse que a questão do Posto Meteorológico é complicada, mas mais aborrecido é aquilo não ter manutenção. Tem de se arranjar solução para aquele espaço de forma a que fique bonito. Há ali também muros demolidos com as obras e que não cabe a responsabilidade do Posto.

Ao deputado Luis Carril disse que as escolas vão ser todas legalizadas. Mesmo que se registre em nome da Câmara e se comprove que a escola era do povo, então será entregue à população. A Câmara vai tomar conta delas para que não aconteça o mesmo que aconteceu às casas florestais. Os enfeites de Natal de Salto ainda não foram retirados porque é necessário ir uma grua a Salto de propósito para fazer esse serviço e isso acarreta custos elevados. Disse ainda que a estrada Borralha-Linharelhos está a ser feita e que é uma estrada nova. Referiu que a ligação a Beçós é importante, mas há outras ligações que têm prioridade.

Ao deputado Jorge Araújo, Presidente da Junta de Freguesia de Cervos, disse que não vale a pena estar com maldades, nem colocar-se como vítima porque isso não leva a lado nenhum. Não vale a pena pensar que só se faz a uns e a outros não. Com falta de colaboração institucional, é que não se resolve nada. Admite que não pode haver captações a céu aberto e essas obras são prioridades. No entanto as populações devem decidir-se por requerer o contrato de fornecimento à Câmara para se instalarem contadores, como deve ser. Na Estrada do Videiro há alguns troços que têm de ser corrigidos.

Ao deputado João Soares disse que o investimento que se tem feito a nível da promoção do concelho tem que ser reconhecido por todos. Estão a trabalhar duas pessoas no Ecomuseu para dar a conhecer aquilo que temos, que vale muito e deve ser preservado. A promoção tem de ser continuada e temos que afirmar os nossos produtos porque agora a concorrência é grande. Temos que apostar também na qualidade. Falou ainda sobre o Programa Iniciativa da RTP 2 que passou na televisão no dia da Feira da Vitela e que recolheu imagens do concelho e mostrou a todo o país aquilo que temos de melhor. Sobre as licenças, disse que a Câmara emite licenças, não emite construções e se só houvesse quatro obras clandestinas no concelho era muito bom. Perguntou ao PSD se queria que a Câmara mandasse demolir os prédios que não estão legalizados, mas que têm condições para se legalizar. Sobre a água na Cela, disse que havia uma captação de água e lembraram-se de meter água na conduta, que estão a recolher de uma charca, e

agora dizem que a culpa é da Câmara. Essa alegada captação está fora do sistema. As pessoas da Cela não pagam água e por essa razão a Câmara dá prioridade às aldeias que pagam. Ainda sobre as obras, disse que deviam respeitar mais as pessoas que têm dinheiro e que investem em Montalegre e não servir como testemunhas de acusação quando essas pessoas colocam dinheiro e fazem negócio nas instituições que dirigem.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados António Cascais, Fernando Calvão, José Manuel Pereira, Luis Carril, Jorge Araújo e José Rodrigues.

O deputado António Cascais disse que essa do pagamento de água brada aos céus. É obrigatório os cidadãos pagarem a água, mas a Câmara também é obrigada a colocá-la. Sobre a insinuação, que é grave, que o Senhor Presidente da Câmara fez, disse que ainda não eram velhos e que se iriam encontrar muitas vezes ao longo da vida. Disse ainda que ser testemunha não é estar contra ninguém, mas sim dizer a verdade. Referiu que não usa envelopes anónimos para denunciar certas anomalias que se passam e que a insinuação que fez não tem razão de ser porque não defende a demolição dos prédios, mas insurge-se contra a irregularidade das obras.

O deputado Fernando Calvão disse que se continua a ouvir apelos no sentido da ilegalidade, mas há uma lei que tem de ser cumprida. Há duas obras embargadas que foram implantadas fora da área de construção e verifica-se uma falta de acompanhamento. Se a lei for cumprida chama mais investidores, se não houver lei chama muitos investidores falidos.

O deputado José Manuel Pereira pediu para que, quando forem arranjar os caminhos que ficarem danificados por causa da passagem do rali, se arranje um outro que também precisa e faz falta à população da freguesia de Salto.

O deputado Luis Carril disse que o Senhor Presidente da Câmara, nas suas intervenções, não responde a todas as questões e, às vezes, quando responde, fá-lo de forma errada. Por que não respondeu a algumas questões que lhe tinha colocado, disse que iria pô-las por escrito. Perguntou para quando estava prevista a Etar para Salto. Sobre a questão da água, disse que tinha sido o PSD a levantar o problema e muito bem porque é grave que o Presidente da Câmara diga que há captações em más condições, mas que não são arrançadas porque as pessoas não pagam.

O deputado Jorge Araújo disse que se há falta de respeito é por parte do Senhor Presidente da Câmara em relação a Cervos. Perguntou-lhe se não se lembrava da entrevista que foi dada à rádio dois dias antes das eleições. Sobre a água no Cortiço, pediu-lhe que a arranjasse, que as pessoas pagam.

O deputado José Rodrigues prescindiu da palavra.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder.

Ao deputado António Cascais disse que não fazia insinuações, fazia sim acusações e também crítica porque não é só a oposição que pode fazer críticas. Referiu que não seria capaz de utilizar o seu gabinete profissional para fazer política-partidária e nunca serviria de testemunha nem faria acusação de um amigo em caso semelhante,

prejuducando o amigo e cliente para atingir outros. Quando ouviu falar em acompanhamento das obras, disse que a oposição devia estar melhor informada porque a Câmara não é obrigada a acompanhar as obras. Quem os executa é responsável. E no caso dos loteamentos há uma garantia bancária para a Câmara accionar se não forem feitas essas obras.

Ao deputado Luis Carril perguntou porque é que a Etar de Salto não funciona, onde é que tinha a avaria e onde entra o esgoto para o rio. Pediu que não, fizessem críticas infundadas.

O Vereador Orlando Alves respondeu também ao deputado Luis Carril e disse que o deputado andava com o esgoto trancado há já algum tempo e quando se lembra volta a falar e quando devia ter falado não falou. Desafiou-o duas vezes para irem ver o esgoto a correr para o rio e nunca apareceu.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento de toda a correspondência recebida, nomeadamente o Relatório do Conselho de Administração da Barrosana, EM.

A Assembleia tomou conhecimento.

2. Actividade e Situação Financeira da Autarquia

O Senhor Presidente da Câmara explicou toda a actividade e situação financeira da Autarquia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Mário Mendes, José Coelho e Luis Carril.

O deputado Mário Mendes disse que se sente satisfeito pela situação financeira da autarquia. De facto está em plena actividade, apesar das reacções contrárias. A Câmara tem, da sua parte, os parabéns pelo grande número de obras que tem feito no concelho. No que toca à sua freguesia, está igualmente satisfeito, apesar de ter consciência de todos os problemas do concelho. Congratulou-se por ver a estrada Salto-Borralha em curso e pelo trabalho que se está a fazer no bairro das Minas da Borralha, nomeadamente ao nível do saneamento e águas que estavam rebentadas em todo o lado. Sobre a estrada Linharelhos-Borralha, disse que é também uma necessidade, mas a de Salto-Borralha é prioridade. Está de acordo com o deputado Luis Carril quando falou nos limites do concelho e tem a certeza que a Câmara também estará, mas tem que se fazer primeiro aquelas obras que mais falta fazem.

O deputado José Coelho disse que tem visto que muitas freguesias têm sido beneficiadas com máquinas. A sua freguesia gastou 900 contos em Brandim com arranjos em caminhos agrícolas e não teve ajuda nenhuma. Em seu entender as Juntas do Baixo Barroso são beneficiadas em relação às outras que têm de suportar todas as despesas sozinhas.

O deputado Luis Carril disse que aparecem obras que estão em fase de conclusão há vários anos e que deviam ser estabelecidos prazos.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara respondeu a todos os interpelantes.

Ao deputado Mário Mendes disse que saudava as pessoas da Borralha pelo sentido de colaboração que demonstraram. Foram estabelecidas regras e as pessoas cumpriram. Deitaram os barracos abaixo e a Câmara alarga as ruas e põe o saneamento. Sobre a estrada Borralha-Linharelhos, disse que iriam continuar a fazer a sua manutenção para estar aceitável enquanto não é aplicado o tapete. Referiu que se está a fazer uma estrada nova de Salto Borralha e que isso é primeira etapa da obra.

Ao deputado José Coelho disse que as freguesias de Cabril e Ferral estão muito mais longe da sede do concelho e por isso fazer deslocar o pessoal de Montalegre para essas localidades seria complicado. A limpeza e manutenção das águas é trabalho suficiente para a Brigada de Salto e ainda assim fazem muito outro trabalho. Não há benefícios nem paternalismos para ninguém, vai-se dando resposta conforme solicitado e possível.

Ao deputado Luis Carril disse que, sobre a obra da Casa do Capitão, houve uma primeira fase e uma segunda fase, que não tem tido prolongamento de prazos, e é uma obra que pode ser vista. Tem pena que não haja, em Montalegre, uma casa como aquela, assim como um Torrão da Veiga, que são obras das quais todos se deviam orgulhar.

A Assembleia tomou conhecimento.

Depois da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o deputado Luis Carril disse que os funcionários da Câmara andavam a arranjar a Etar de Salto e que tinham sido fotografados.

O Senhor Presidente da Câmara disse que não há nenhuma descarga de esgoto para o rio, conforme tinha afirmado o deputado Luis Carril.

3. Contracção de empréstimo de médio/longo prazo até ao valor máximo de 948.929 euros

O Senhor Presidente explicou o assunto à Assembleia, dizendo quais as obras que iriam ser realizadas, nomeadamente no Parque de Exposições e na zona do rio. Disse ainda que este empréstimo é bom porque o juro está baixo.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Acácio Gonçalves e António Ferreira.

O deputado António Cascais disse que, pela explicação que o Senhor Presidente da Câmara deu ao apresentar este assunto e também quando foi na aprovação do Plano para 2003, ficou bem espelhada a capacidade da Câmara. O que está em causa não é a autorização do empréstimo, mas sim a deliberação de contrair um empréstimo às várias entidades bancárias. A proposta é ajustada na medida em que é a proposta mais razoável para os interesses da Câmara. Afirmou que a votação do PSD seria de abstenção porque também foi assim no Plano de Actividades.

O deputado Acácio Gonçalves disse que acha bem que se pedisse autorização à Assembleia para o endividamento, mas pensa que gastar o dinheiro na marginal não é prioritário porque a Etar está a empestar aquela zona toda. Disse que ainda não havia projecto para a nova estação e perguntou quando é que Montalegre poderia contar com uma nova Etar. Vamos ter o embelezamento do rio e os maus cheiros vão continuar. Sobre a dívida, parece-lhe que já é elevada e a Câmara deve começar a ter mais contenção.

O deputado António Ferreira disse que era pelo oposto daquilo que disse o deputado António Cascais, que a bancada do Partido Socialista iria votar a favor do empréstimo porque também votaram favoravelmente o Plano de Actividades. Concorde plenamente com o empréstimo porque, a fazer fé nos documentos apresentados, a capacidade de endividamento está muito aquém do limite legal e se a Senhora Ministra autoriza o empréstimo é porque não estamos mal porque outras Câmaras nem sequer um cêntimo lhes é autorizado. Referiu ainda que havia “más línguas” que diziam que a obra do parque de Exposições ia ser entregue ao Tó do Lano e ao António Augusto, querendo dizer com isto, que ia haver favorecimento. Afinal enganaram-se.

Findas as intervenções inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais e António Ferreira.

O deputado António Cascais disse que também já ouviu dizer muita coisa e até que a obra seria subadjudicada e o PSD não deu seguimento a tudo o que se diz. Até à data nunca a oposição fez referência à Ferseque e se o fizeram foi na Assembleia Municipal e na Câmara porque a explicação do Senhor Presidente da Câmara satisfaz, por isso as más línguas não são só da oposição.

O deputado António Ferreira disse que quem não quer ser lobo não lhe veste a pele e a carapuça só a enfia quem lhe serve.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que há problemas na marginal com o trânsito que têm que ser resolvidos. Afirmou que a Etar está a concurso. Sobre a dívida à Caixa Geral de Depósitos, disse que era de um milhão de contos e que iriam ter agora mais 200 mil contos para além da facturação a empreiteiros. A Senhora Ministra das Finanças disse que se podiam pedir 200 mil contos e só os pede quem quiser as obras. O deputado António Ferreira falou do parque de exposições e no “diz que diz”. Aquilo que se passava não foi escondido a ninguém. Havia o problema de entregar a obra a uma empresa em falência, mas havia a hipótese de entregá-la à segunda empresa, mas isso custava mais 700 mil contos e a primeira empresa iria para tribunal e aí o problema seria maior. Referiu que havia empreiteiros concorrentes que já tinham dito que não se importavam de ficar com a obra em caso de trespasse e isso dá-nos alguma tranquilidade.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com onze abstenções.

4. Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação/aprovação definitiva

O Senhor Presidente da Câmara explicou o assunto à Assembleia.

Não houve inscrições

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

5. Proposta de alteração de Tabela de Taxas e Licenças Municipais

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve inscrições.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

6. Projecto de Regulamento de Trânsito na Vila de Montalegre/Aprovação definitiva

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, João Duarte, Acácio Gonçalves e Francisco Surreira.

O deputado António Cascais disse que se nota que a proposta de regulamento apresentada foi feita sem rigor e um bocadinho à pressa e apontou várias situações que, no seu entender, não fazem sentido como, por exemplo, usa-se o nome de Paredão quando se devia usar Rua D. Afonso III ou Rua do Senhor da Piedade, na Rua da Forja não há trânsito ascendente, na Rua de S. Rosendo não é referido se o trânsito é nos dois sentidos ou não, na Rua Frei Bartolomeu dos Mártires não se referencia como é o tipo de trânsito e na Rua da Lama do Moinho o estacionamento proibido no sentido descendente não faz muito sentido.

O deputado João Duarte perguntou porque é que o trânsito será encerrado na rua Victor Branco entre as duas e as seis da manhã. Informou que na Rua da Misericórdia, como é permitido estacionar, se quiser passar um camião não consegue. Disse ainda que as pessoas não respeitam o sentido obrigatório que está junto ao Terra Fria. Perguntou se tinha sido vendido algum lugar de estacionamento na rua Direita porque dorme lá todas as noites um carro.

O deputado Acácio Gonçalves disse que também devia haver um regulamento de trânsito no domínio público no concelho.

O deputado Francisco Surreira falou no trânsito na Rua Direita e no estacionamento no Pelourinho, alertando as autoridades para essa situação. Disse ainda que se houver um incêndio na Rua do Reigoso e em frente ao Terra Fria estiver um carro estacionado o carro dos bombeiros não passa.

Findas as intervenções, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder que disse que as questões que foram colocadas são de pormenor, não são essenciais para o regulamento. Disse que este regulamento não era para regulamentar tudo porque corre-se o risco de não se cumprir nada. Sobre a Rua Victor Branco, o regulamento diz que se pode encerrar no verão, mas não será para encerrar todos os

dias, nem em dias de muito movimento e o horário é das vinte e não das duas. Sobre a Rua Direita e Pelourinho, disse que tem insistido com a GNR para haver cuidado nessas situações. Pensa que por parte da GNR deveria haver uma maior colaboração, mas parece-lhe que está direccionada mais para outras situações. Sobre a passagem dos autocarros, disse que há muitos locais onde os autocarros não podem chegar e o alarmismo dos carros de bombeiros pensa que não se justifica até porque são sempre os carros pequenos que chegam primeiro e que passam mais facilmente. Para além disso há uma rede de bocas de incêndio novas em toda a zona remodelada.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com três abstenções.

7. Proposta de Transferência para a AMAT – Associação de Municípios do Alto Tâmega – da competência relativa aos sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas. / Concurso público internacional para a concessão da exploração e gestão integrada dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais dos municípios da Associação de Municípios do Alto Tâmega

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais e Francisco Surreira.

O deputado António Cascais disse que há opções de fundo que se tomam e que são para toda a vida. Custou ao PSD abdicar das águas para outros concelhos. Teve essa resistência porque somos um concelho do interior e queríamos ter o controlo deste recurso natural que é a água. No entanto foi aprovada a transferência do abastecimento de água em alta para a empresa Águas de Portugal. Põe-se outro problema que é a questão do abastecimento em baixa. As Câmaras estão a transferir competências para a AMAT porque não faz sentido pagar-se um preço pela água em Montalegre e noutros concelhos pagar-se outro.

O deputado Francisco Surreira perguntou se a Câmara vai manter as tarifas durante os quatro anos.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder que disse que há Câmaras do PS e outras do PSD que têm a mesma opinião e procura-se resolver alguns dos problemas que existem com a água nos vários concelhos. Não estamos a entregar já um serviço, estamos sim a passar para a AMAT para que faça um estudo para as Câmaras decidirem se serve ou não. O que vamos fazer, se fizermos, não é passar para toda a vida. Tem um prazo de 30 anos a concessão, ao fim desse contrato poderemos negociar novamente. As tarifas a cobrar ao munícipe é decidida pela Câmara e a autarquia pode, se o entender, baixá-la para além do preço que paga. Deve é aceitar essa norma espelhada no orçamento.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com uma abstenção.

8. Proposta de alteração de Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transporte em Táxi – do Município de Montalegre

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Amadeu Fortunas que perguntou se o novo regulamento não trazia o imposto por conta.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

9. Regulamento de Utilização do Complexo da Piscina Municipal

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu a Assembleia sobre este assunto.

Não houve inscrições.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

10. Projecto de Estatutos do Instituto da Tecnologia Inovação e Conhecimento

O Senhor Presidente da Câmara propôs que fosse deliberada a adesão do concelho de Montalegre ao Instituto da Tecnologia Inovação e Conhecimento e que fossem aprovados os estatutos.

Não houve inscrições.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário